

**ÁREA TEMÁTICA:**

Governança, Controladoria e Contabilidade  
Governança Corporativa

**TÍTULO:**

PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA APLICADOS AO  
COOPERATIVISMO NO MEIO RURAL: O CASO DA COOPERATIVA  
AGROPECUÁRIA DOS PRODUTORES DE LEITE DE ROLIM DE MOURA/RO

**Otacílio Moreira de Carvalho**

depagrocacoal@hotmail.com  
Universidade Federal de Rondônia

**Adriana Carla Feba**

adrianafeba@hotmail.com  
Universidade Federal de Rondônia

**Andreia Fernanda Feba**

adrianafeba@hotmail.com  
Universidade Federal de Rondônia

**Felipe Gilmar Cardoso**

felipegilmar@gmail.com  
Universidade Federal de Rondônia

**RESUMO**

Esta pesquisa teve como objetivo identificar a percepção dos cooperados da Cooperativa Agropecuária dos Produtores de Leite de Rolim de Moura – COOAPROLIM acerca dos princípios e boas práticas de Governança Corporativa. A Governança Corporativa é um sistema que dispõe de mecanismos de direção, monitoramento e incentivos para que as organizações alcancem seus objetivos e melhorem seus resultados. Os mecanismos de Governança Corporativa são fundamentais para que reduzam ou cessem os conflitos de agência que são comuns nas organizações em que o controle da gestão organizacional está dissociado da propriedade. As organizações cooperativas, em tese, são geridas por seus cooperados, num espírito de democracia plena. Contudo, é comum identificar situações em que a gestão das cooperativas é conduzida pela diretoria executiva designada em processo eleitoral. Esta pesquisa estudou o caso da COOAPROLIM, sendo aplicado um questionário com questões fechadas e abertas, onde foi possível identificar que, de uma forma geral, os cooperados possuem boa percepção acerca dos princípios de Governança Corporativa.

**Palavras-Chave:** Governança Corporativa; Teoria da Agência; Agente e Principal; Conflitos de Agência; Cooperativismo.

## **1 INTRODUÇÃO**

Nos últimos anos organizações cooperativas dos mais variados ramos estão em processo de evolução no Brasil. As cooperativas agropecuárias é um destes ramos que vem crescendo com bastante influência em algumas regiões do país e com maior ênfase em estados onde a agropecuária encontra-se em fase de formação e consolidação (ARAÚJO, 2007).

Neste artigo foi realizada uma pesquisa sobre o caso da COOAPROLIM – Cooperativa Agropecuária dos Produtores de leite de Rolim de Moura, que fica localizada no município de Rolim de Moura, estado de Rondônia, e atende cooperados e colaboradores de outros municípios da região.

Com o processo de separação da propriedade e do controle das organizações, passam a surgir conflitos entre os gestores e proprietários, também conhecidos como conflitos de agência, na relação agente (gestores) e principal (proprietário), tendo em vista o agente possuir informações privadas e privilegiadas que o principal não dispõe. Esses conflitos geram custos e reduzem o desempenho das organizações.

A Governança Corporativa surgiu como proposta para reduzir e mesmo eliminar esses conflitos de interesse entre as partes.

No cooperativismo brasileiro há uma divisão na estrutura de controle. A condução normal seria a participação de todos os cooperados nas decisões e ações das cooperativas. Contudo, é comum observar que as decisões e ações são em sua maior parte, executadas pelos diretores das cooperativas, o que pode resultar em conflitos entre cooperados e a diretoria, em especial por fatores inerentes a interesses difusos desses atores.

Desta forma, esta pesquisa propôs como problema: A diretoria da Cooperativa Agropecuária dos Produtores de Leite de Rolim de Moura adota boas práticas de governança corporativa e os princípios da governança com relação aos cooperados?

O objetivo da pesquisa foi identificar a percepção dos cooperados da Cooperativa Agropecuária dos Produtores de Leite de Rolim de Moura – COOAPROLIM acerca dos princípios e mecanismos da Governança Corporativa. Também buscou caracterizar o perfil do cooperado e conhecer os potenciais conflitos de agências há na cooperativa a partir da relação agente e principal, já que ela atende um número relativamente elevado de cooperados que são, em sua maioria, moradores de cidades vizinhas à sede da cooperativa onde, desta forma, fica

## I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

impossibilitada uma participação mais efetiva de todos os cooperados na gestão e nos processos decisórios.

Para o desenvolvimento desta pesquisa utilizou-se o método indutivo, que considera que o conhecimento é fundamentado na experiência. Tendo como suporte a pesquisa bibliográfica. A pesquisa foi classificada como básica de acordo com Gil (2007). A forma de abordagem foi qualitativa, com pesquisa de campo que consiste na observação dos fatos tal como ocorrem e quanto aos objetivos, pode ser classificada como exploratória (GIL, 2007).

Para realizar a coleta de dados foi elaborado um questionário semi-estruturado, composto por 20 (vinte) questões que foram aplicados à 166 (cento e sessenta e seis) cooperados, representando uma amostra de 24,88% do quadro de cooperados de um universo de 647 (seiscentos e quarenta e sete) cooperados à época da aplicação do questionário.

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 1.1 Teoria da Agência

Há algumas décadas, as empresas eram administradas por seus proprietários, que possuíam amplo conhecimento e plena informação sobre a situação operacional, econômica e financeira de sua organização, tomando as decisões necessárias para a continuidade do negócio. Com o crescimento das organizações e com a incerteza e turbulência característica da atividade empresarial, os negócios se tornaram mais complexos e com a modernização do ambiente organizacional surge, então, a separação da propriedade e do controle ou gestão da propriedade, pois com o crescimento dos bens ficava difícil manter o controle por uma única pessoa (SLOMSKI *et al*, 2008).

Com esta separação de propriedade e controle nasceu a relação de agência que é caracterizada entre o principal (proprietário) e o agente (gestor). Na maioria das grandes organizações, a propriedade encontra-se separada da gestão, pois o principal nomeia um agente para administrar a empresa, onde este modelo de gestão acaba criando uma assimetria informacional entre as partes na qual o gestor acaba possuindo informações que o proprietário não tem (ANDRADE e TACHIZAWA, 2008).

De acordo com Slomski *et al* (2008, p.36), “constitui-se como assimetria informacional a situação na qual os gestores dispõem de informação privilegiada a respeito das perspectivas das empresas nas quais trabalham (...)”.

Quando aplicada na empresa a teoria dos contratos passa a ser um conjunto de contratos, e um dos direitos contratuais é o direito da propriedade sobre os ativos e os fluxos de caixa da empresa, que é definido como uma relação entre agente e principal (SLOMSKI *et al*, 2008). Segundo o autor, os contratos servem para tentar diminuir os problemas de agência, que mesmo assim acabam ocorrendo.

A Teoria da Agência busca desta forma, demonstrar o processo de separação entre a propriedade e a gestão da propriedade, a assimetria informacional que passa a surgir a partir dessa separação, os conflitos de interesses oriundos da relação de agência e resultantes da assimetria informacional e os mecanismos necessários para reduzirem esses conflitos, mecanismos esses que geram custos de agência, necessários para harmonizar a relação dos agentes.

### 1.1.1 Relação Agente-principal

O foco da Teoria da Agência está na relação agente-principal, onde o agente dispõe de informações que os proprietários não possuem em mesmo grau, e que as ações dos gestores acabam interferindo na relação, gerando potenciais conflitos.

As relações entre agente-principal têm características importantes, pois o agente sabe sobre seu grau de empenho dentro da empresa do qual o principal não dispõe. Já o principal não analisa tanto o empenho demonstrado pelo agente e isso faz com que ele se esforce um pouco mais a fim de se sobressair, pois as ações do agente dificilmente são observadas pelo principal (ANDRADE, 2006).

Com isso os problemas começam a surgir quando o agente toma decisões que não são do interesse do principal, resultando em um conflito de interesses (SLOMSKI *et al*, 2008). Estes conflitos podem ocorrer em qualquer organização, mesmo em organizações cooperativas no meio rural onde também ocorre a separação entre a propriedade e a gestão da propriedade.

### 1.1.2 Conflitos de Agência

Com a separação da propriedade e do controle, há o surgimento de diversos problemas da relação agente-principal, decorrente do conflito de interesses, sendo esse um resultado esperado, pois cada parte buscará sempre melhorar seu *status* à revelia da prosperidade da empresa (AKDERE e AZEVEDO, *apud* SLOMSKI *et al*, 2008).

A Teoria da Agência mostra de forma expressa que a possibilidade de desacordo devido a interesses divergentes entre as partes interessadas é grande, pois uma das partes tenta obter proveito e vantagens de uma posição privilegiada (SLOMSKI *et al*, 2008).

Slomski *et al* (2008) entendem que as questões corporativas resultam conflitos de interesses, gerando riscos que, se não forem trabalhados, podem comprometer o cumprimento das metas, prejudicar a corporação e até provocar processo de falência. Para que os interesses das duas partes não entrem em conflito, é importante constar cláusulas contratuais que disponham sobre o comportamento do agente dentro da empresa.

Andrade e Tachizawa (2008, p.41) apontam que: “Como na maioria das vezes os interesses das partes são distintos, existe a possibilidade de uma ação oportunista por parte do administrador, configurando o chamado conflito de agência”.

Além dos contratos, mecanismos construídos pelo mercado podem contribuir para reduzir esses conflitos entre as partes e gerar maior transparência, equidade nas decisões e responsabilidade com a própria organização, destacando-se os mecanismos de Governança Corporativa característicos das organizações do mercado de capitais.

## 1.2 Governança Corporativa

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC (2009, p.19) define a Governança Corporativa como sendo “o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre proprietários, Conselho de Administração, diretoria e órgãos de controle”.

A Governança Corporativa é o conjunto de princípios e práticas que procuram diminuir os conflitos existentes originados de interesses difusos e conflitantes entre o agente e o principal. Para tanto, a Governança Corporativa é constituída por um conjunto de princípios que visam melhorar a gestão da empresa (SLOMSKI *et al*, 2008), abordados em seção específica.

Há um conjunto de instituições e organizações que estabelecem regras com objetivo de melhorar as práticas de gestão e transparência nos negócios, bem como a profissionalização dos gestores, colaboradores e todos que fazem parte da empresa, para obter o melhor resultado possível, interagindo de forma satisfatória com seus membros. Também buscam monitorar o comportamento dessas organizações que aderem às boas práticas de

## I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

Governança Corporativa, destacando-se entre essas organizações o IBGC, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM e a Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA.

De acordo com o IBGC (2009) é de fundamental importância que as empresas passem a aderir e utilizar a Governança Corporativa, uma vez que esta tem por finalidade aumentar o valor da sociedade, facilitando o acesso ao capital. “As boas práticas de Governança Corporativa convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e á otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para sua longevidade” (IBGC, 2009, p.19).

Praticar a Governança Corporativa é tentar fazer com que todos os agentes estejam trabalhando de forma adequada, reduzindo a tendência de ocorrência de conflitos e, assim, atingindo os objetivos estabelecidos, comuns aos envolvidos. Quando se utiliza as boas práticas de Governança Corporativa a gestão se torna mais transparente, reduzindo o problema da assimetria informacional e os problemas de agência (ANDRADE e TACHIZAWA, 2008).

### 1.2.1 Histórico

O processo histórico indica alguns precursores da Governança Corporativa que construíram suas teorias e conceitos a partir de alguns fatos constatados na história das corporações: o gigantismo das corporações, o processo de dispersão do controle por meio da pulverização acionária e os conflitos e custos gerados pela separação entre propriedade e controle (FREITAG, 2008).

O marco conceitual que deu origem à Governança Corporativa foi a publicação do trabalho *The Modern Corporation and Private Property* de Berle e Means (1932, *apud* FREITAG, 2008, p.52), que:

tratava do surgimento das corporações modernas embasados em três aspectos: a separação entre a propriedade e gestão, a divergência de interesses gerada pela transferência do comando das companhias dos proprietários para os gestores e a inadequação das concepções tradicionais sobre o controle e a maximização dos resultados diante dessa nova realidade.

Segundo Freitag (2008) até então os estudos sobre as corporações eram norteados pela teoria econômica clássica, na qual pressupunha que as firmas atuavam com um único dono que também era o seu gestor. Nesse modelo não existiam outros agentes e, conseqüentemente, não ocorriam conflitos, e o problema de assimetria de informações era negligenciado, o mercado era perfeito e eficiente.



# I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

Entre os trabalhos considerados como precursores e impulsionadores da Governança Corporativa, é possível destacar as obras listadas na Figura 1, de forma cronológica.

Ano	Autores	Título	Assunto
1932	Berle, A. e Means, G.	The Modern Corporation and Private Property	Separação entre propriedade e gestão.
1937	Coase, R.	The Nature of Firm	A teoria econômica passa a estudar os custos de transação entre os agentes.
1967	Galbraith, J. K.	The New Industrial State	Um novo fator de poder: dos empresários para as estruturas de gestão.
1975	Williamson, O. E.	Markets and Hierarchies: analysis and antitrust implications.	Tentativa de especificar um modo relativamente eficiente de formular e executar contratos em uma combinação de fatores humanos e ambientais.
1976	Jensen, M. e Meckling W.	Theory of the Firm: managerial behavior, agency costs, and ownership structure	Os agentes possuem interesses diferentes e buscam maximizar seus objetivos gerando conflitos.
1992	Cadbury	The Cadbury Report	Considerado código pioneiro de boas práticas de governança corporativa.
1995	Monks, R. e Minow, N.	Corporate Governance	Revisão das relações entre acionistas, conselhos e gestores.
1996	Williamson, O. E.	The Mechanisms of Governance	Demonstra como organizações tendem a tornar-se cada vez mais complexas, devido à incompletude de informações (racionalidade limitada) e os diferentes interesses individuais dos agentes (oportunismo).
1999	OECD	Principles of Corporate Governance	Difusão mundial dos códigos de governança.

**QUADRO 1: Obras Precursoras da Governança Corporativa**

Fonte: FREITAG, 2008, p.53.

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC é a principal referência no Brasil das práticas de Governança Corporativa, atividade exercida por meio de palestras, treinamentos, fórum de debates acadêmicos, publicações e outros. O IBGC foi fundado em 27 de novembro de 1995 com sede em São Paulo (BRASIL, 2011-a).

Além da função de desenvolver as melhores práticas em governança corporativa, o IBGC vem se adaptando com as novas demandas e também à realidade do mercado, pois o ambiente brasileiro vem evoluindo a cada dia e nisso se faz necessário seu acompanhamento (IBGC, 2009).

## 1.2.2 Princípios da Governança Corporativa

Para que a Governança Corporativa seja uma realidade no Brasil e no mundo e para que as empresas adotem boas práticas de Governança Corporativa, foram estabelecidos princípios, estes são necessários para o cumprimento do objetivo esperado pelo IBGC. São

## I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

esses os princípios básicos, IBGC (2009): transparência, equidade, prestação de contas (*accountability*) e responsabilidade corporativa.

A transparência é a obrigação de informar ao interessado todas as informações de seu interesse e não somente as que são previstas em lei ou regulamentos. Quando a transparência é realizada de forma correta dentro da organização o clima de confiança fica mais evidente tanto na parte interna como na externa.

Slomski et al (2008, p.13) ressaltam a importância do princípio da transparência ao afirmarem que: “(...) o aumento da transparência da empresa tende a elevar seu valor de mercado, já que a falta de informação aumenta o risco, fazendo com que os investidores apliquem deságio sobre o que deveria ser o preço justo da empresa (...)”.

A equidade é caracterizada pelo tratamento justo e igualitário com todos os sócios e as outras partes interessadas (*stakeholders*). Os comportamentos ou atitudes ruins são inaceitáveis.

No terceiro princípio, prestação de contas ou *accountability*, os agentes da governança devem prestar contas de tudo o que ocorreu ou ocorre a qualquer tempo, mesmo quando não solicitado, e assumir também as consequências de seus atos e omissões, no exercício do seu mandato.

A responsabilidade corporativa é o quarto e último princípio da Governança Corporativa. Segundo Slomski et al (2008, p.13) “Os conselheiros e executivos devem zelar pela perenidade das organizações (visão de longo prazo, sustentabilidade) e, portanto, devem incorporar considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.”

### 1.3 Cooperativismo

O cooperativismo já era praticado desde os tempos mais remotos da civilização. Mas foi na época da Revolução Industrial, mais precisamente em outubro de 1.844, na cidade de Rochdale, Inglaterra, que tecelões se uniram após terem juntando recursos próprios, fundaram uma organização cooperativa de consumo denominada “Rochdale Society of Equitable Pioneers” (BIALOSKORSKI, 2006).

Esta união de tecelões estava baseada nos princípios de solidariedade, igualdade, democracia e fraternidade, característico do positivismo europeu à época e da Revolução Francesa. Posteriormente, o cooperativismo e seus princípios se proliferaram em vários países e nos mais variados ramos.



Segundo Reis Júnior (2006), os primórdios dos movimentos sociais cooperativista no Brasil registram de 1.847, com a fundação da colônia Tereza Cristina, pelo médico francês Jean Maurice Faivre. Segundo o autor a colônia surgiu na região do sertão paranaense e foi organizada seguindo os princípios do cooperativismo.

### **1.3.1 Princípios do Cooperativismo**

A Organização das Cooperativas do Brasil – OCB (BRASIL, 2011-c) descreve os sete princípios do cooperativismo como linhas orientadoras por meio das quais as cooperativas conduzem seus valores à prática.

O primeiro princípio é a adesão voluntária e livre. Segundo a OCB (BRASIL, 2011-c) as cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas que desejem seus serviços e assumir o seu compromisso com ela, sem qualquer tipo de discriminação.

A gestão democrática constitui-se no segundo princípio cooperativista e que distingue a cooperativa dos demais modelos de organização pela forma em que as decisões são tomadas. Segundo a OCB (BRASIL, 2011-c) na cooperativa as decisões são tomadas de forma democrática e transparente, cada membro tem direito a um voto e os membros representantes são responsáveis por tudo que acontece dentro de sua administração.

O terceiro princípio cooperativista é a participação econômica dos membros. Os membros contribuem equitativamente para o capital da cooperativa e o controlam democraticamente, uma parte deste capital fica sendo parte da cooperativa (BRASIL, 2011-c).

O quarto princípio é a autonomia e independência na decisão e nas ações das cooperativas. As cooperativas são controladas por seus membros e são organizações autônomas (BRASIL, 2011-c).

Também representa importante princípio cooperativista a educação, formação e informação dos membros cooperados. Segundo a OCB (BRASIL, 2011-c) as cooperativas devem promover a educação de seus cooperados e filhos, de forma que estes possam contribuir com a mesma, para a sua melhoria e progresso.

O sexto princípio cooperativista é a intercooperação. Segundo a OCB (BRASIL, 2011-c) as cooperativas trabalham em conjunto e por isso são fortes, tudo em prol de seus membros.

O interesse pela comunidade representa o sétimo e último princípio cooperativista. As cooperativas trabalham para que haja um desenvolvimento sustentado de suas comunidades através de políticas aprovadas por seus membros (BRASIL, 2011-c).

O cooperativismo tradicional tem a finalidade de diminuir barreiras para colocar os produtos ou serviços de seus cooperados no mercado, de forma mais vantajosa do que os mesmos teriam individualmente. Assim, a cooperativa pode ser entendida como uma “empresa” que presta serviços aos seus cooperados.

### 1.3.2 A Nova Geração de Cooperativas

Assim como o cooperativismo tradicional, a NGC – Nova Geração de Cooperativas também utiliza os princípios do cooperativismo, mas o que a distingue do cooperativismo tradicional é que possui modificações nos direitos de propriedade e faz com que a organização esteja a um nível maior de eficiência econômica (BIALOSKORSKI NETO, 2006).

A NGC – Nova Geração de Cooperativas é formada por pessoas selecionadas que tem o objetivo de estabelecer uma planta de processamento para a agregação de valor as *commodities* agropecuárias, tendo o objetivo inicial o mercado, e não os produtores. Assim a organização é orientada para o mercado e não para o produtor. (BIALOSKORSKI NETO, 2006).

Na NGC é “(...) obrigatória a capitalização do novo empreendimento pelo próprio associado, proporcionalmente à produção a ser entregue no futuro, podendo haver financiamento por parte de agentes financeiros diretamente aos produtores interessados” (BIALOSKORSKI NETO, 2006 p.114).

Embora a NGC possua princípios doutrinários do cooperativismo tradicional e os objetivos da cooperação, por outro lado, permite ainda que haja o estímulo e incentivo no incremento da eficiência econômica e coordenação do sistema agroindustrial (BATALHA et al, 2007).

## 3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada na elaboração deste artigo utilizou a pesquisa bibliográfica, de campo, além do método indutivo. Quanto à natureza, a pesquisa classifica-se como qualitativa e básica, uma vez que o objetivo dessa classificação de pesquisa é gerar

## I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

conhecimentos novos para o avanço da ciência, sem a preocupação com a aplicação prática e imediata (GIL, 2007).

Foi aplicado um questionário estruturado para a coleta de dados, composto por 20 questões a 166 (cento e sessenta e seis) cooperados, representando uma amostra de 25,6% do quadro de cooperados.

Os questionários foram aplicados aos cooperados mediante consentimento dos mesmos em sua propriedades, que teve como suporte a pesquisa de campo, o questionário foi composto de perguntas fechadas que procuraram descrever o perfil do cooperado, a sua participação na cooperativa, os possíveis conflitos e também como os princípios da Governança Corporativa são entendidos por estes atores e se estão sendo utilizados, mesmo que de forma não intencional.

Os dados coletados com a aplicação de questionários foram tabulados em uma planilha do Microsoft Excel, onde cada questão foi lançada em planilha específica e as respostas foram anotadas em forma de tabela para fazer os gráficos. Após a construção dos gráficos e sua transposição ao relatório da pesquisa, foi apurado o resultado e feita a análise.

### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A pesquisa de campo consistiu na aplicação de questionário junto aos cooperados da COOAPROLIM – Cooperativa Agropecuária dos Produtores de Leite de Rolim de Moura – RO, que é formada por 647 cooperados, onde foram entrevistados 166 cooperados, para se saber como os cooperados compreendem os princípios da governança corporativa.

De acordo com a pesquisa realizada 27% (vinte e sete por cento) dos cooperados estão associados à cooperativa entre 2 e 4 anos, e 13% (treze por cento) estão a menos de um ano na cooperativa. Uma boa parte dos entrevistados, representando 48% (quarenta e oito por cento) dos cooperados, residem no município de Rolim de Moura, sede da Cooperativa, outros 23% (vinte e três por cento) residem em Santa Luzia do Oeste, 22% (vinte e dois por cento) em Novo Horizonte do Oeste, 7% (sete por cento) em Nova Brasilândia do Oeste, todos pertencentes à região da zona da mata, em Rondônia.

Do público pesquisado, 87% (oitenta e sete por cento) são apenas associados à cooperativa, 9% (nove por cento) não são associados mas atuam como colaboradores na associação e 4% (quatro por cento) são associados que fazem parte da diretoria. Os colaboradores são pessoas que entregam a sua produção a cooperativa, mas não possuem

## I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

vínculo algum a ela. A participação de mulheres na cooperativa representa um público associado de 10% (dez por cento) do total, esta porcentagem é devido ao fato de que, na maioria das vezes, é o marido quem se associa à cooperativa.

A faixa etária é bem variada, as pessoas com idade até 20 anos correspondem a apenas 1% (um por cento) dos cooperados, 18% (dezoito por cento) estão na faixa etária entre 35 a 40 anos de idade, 16% (dezesesseis por cento) encontram-se na faixa etária de 50 a 60 anos de idade e outros 16% (dezesesseis por cento) estão na faixa etária entre 45 e 50 anos. A maioria dos cooperados entrevistados possuem o ensino fundamental completo cerca de 37% (trinta e sete por cento), o fundamental incompleto é de 24% (vinte e quatro por cento) e médio completo 20% (vinte por cento) e superior completo e incompleto contam com 2% (dois por cento).

Quando questionados se participam das assembleias da cooperativa, 42% (quarenta e dois por cento) afirmam que sempre frequentam, 31% (trinta e um por cento) afirmam que às vezes participam das assembleias e outros 17% (dezesete por cento) afirmam nunca participam das assembleias.

De acordo com a pesquisa 71% (setenta e um por cento) dos cooperados estão satisfeitos com a cooperativa, e 87% (oitenta e sete por cento) deles responderam que há interesse por parte da diretoria de demonstra interesse sempre em ajudá-los, tendo sua avaliação considerada como ótima, embora haja pessoas que são contrárias.

### 4.1 Análise

As questões que fazem referência aos princípios da Governança Corporativa – prestação de contas, equidade, transparência e responsabilidade corporativa, estão acompanhadas pelos gráficos a seguir.

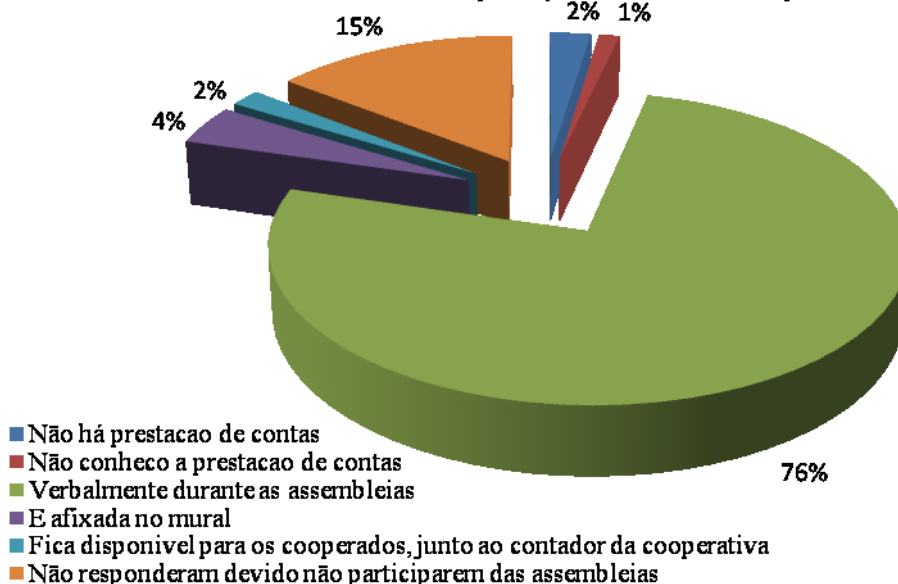
A maioria dos cooperados respondeu que conhecem a prestação de contas, que é realizada na COOAPROLIM que é feita durante as assembleias, conforme a figura 01, embora 63% (sessenta e três por cento) considera boa a forma como é apresentada, 11% (onze por cento) responderam regular, 2% (dois por cento) responderam ruim, 7% (sete por cento) ótima e 17% (dezesete por cento) não responderam.

Quando questionados se compreendem as informações passadas durante as assembleias a respeito da prestação de contas 25% (vinte e cinco por cento) diz compreender um pouco, 23% (vinte e três por cento) regularmente, 34% (trinta e quatro por cento)

I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia  
Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

entendem bem e 2% (dois por cento) responderam não entender nada, apenas quadros com números.

FIGURA 01: Como é realizada a prestação de contas da cooperativa?

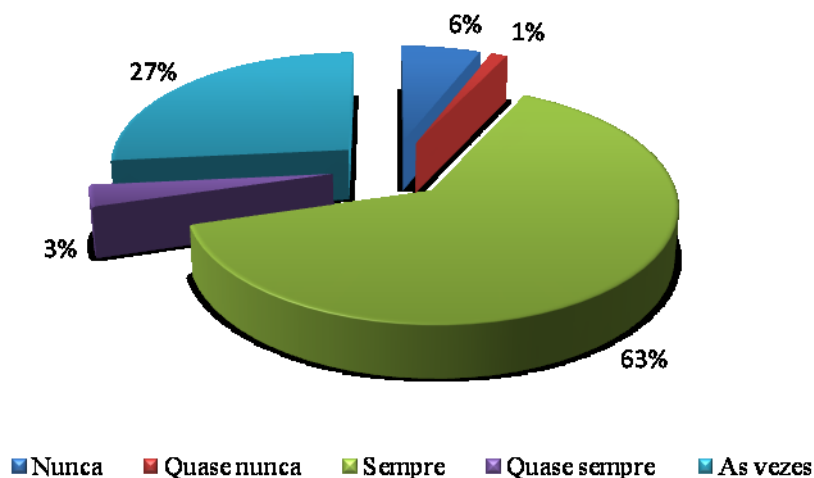


Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Percebe-se que as pessoas que responderam que não é realizada a prestação de contas ou a desconhecem, são as que não frequentam sempre as assembleias ou mesmo nem comparecem.

De acordo com o princípio da transparência que possui a obrigação de informar ao interessado as informações do seu interesse e não somente as previstas em lei, um grande percentual respondeu que sempre possui acesso às informações solicitadas por estes, conforme Figura 02:

FIGURA 02: Tem acesso a todas as informações quando solicita da cooperativa?



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

O princípio da equidade é caracterizado pelo tratamento justo e igual a todos, conforme a Figura 03:

FIGURA 03: Já ocupou algum cargo no conselho da cooperativa?



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

As pessoas que responderam não, é devido por não quererem se envolver ou mesmo não possuem conhecimento para exercer alguma função dentro da cooperativa. Isso deve ser decorrente de que muitos não sabem o que é uma cooperativa e nem os princípios do cooperativismo. Foi questionado se a COOAPROLIM promove cursos sobre cooperativismo e 30% (trinta por cento) responderem que regularmente a cooperativa promove cursos sobre

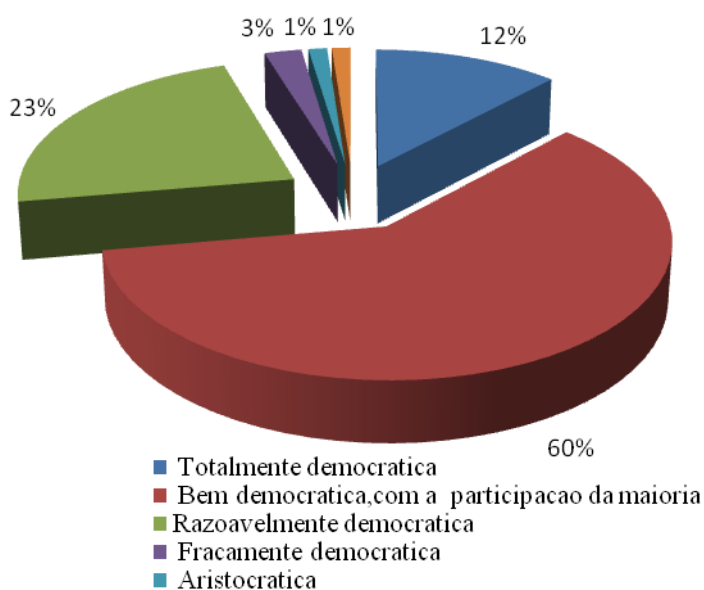


I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia  
Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

cooperativismo, 13% (treze por cento) quase nunca promove e 45% (quarenta e cinco por cento) responderam que nunca promoveu.

A responsabilidade corporativa é o último princípio da Governança Corporativa, conforme a figura 04, 60% (sessenta por cento) dos entrevistados acredita que é uma gestão bem democrática, havendo a participação da maioria dos cooperados, 12% (doze por cento) responderam uma gestão totalmente democrática, com a participação de todos os cooperados, 23% (vinte e três por cento) uma gestão razoavelmente democrática, havendo participação da metade dos cooperados, 2% (dois por cento) uma gestão fracamente democrática, havendo participação da minoria dos cooperados, 1% (um por cento) uma gestão monocrática e aristocrática.

Figura 04: Como o cooperado considera a gestão da cooperativa?



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Quando questionados sobre a diretoria da COOAPROLIM, 81% responderam que a diretoria possui amplo interesse no crescimento da cooperativa, 10% relativo interesse no crescimento, 9% responderam que só possuem interesse na manutenção.

## 5 CONCLUSÕES

Este trabalho teve como objetivo mostrar se a diretoria da COOAPROLIM adota boas práticas de Governança Corporativa e os princípios aos seus cooperados. A Governança Corporativa trata do ajustamento de conceitos para diminuir ou reduzir conflitos entre as

## I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

partes interessadas, essa redução tem o objetivo de minimizar custos, para que haja sucesso dentro da organização, onde é possível de se utilizar as boas práticas da Governança Corporativa de acordo com os princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

De acordo com a pesquisa realizada na COOAPROLIM, observou-se que os cooperados possuem livre acesso às informações de seu interesse a qualquer tempo, embora esses cooperados devam participar mais ativamente das ações desenvolvidas pela cooperativa e estarem mais próximos da diretoria da cooperativa.

A pesquisa identificou também que a cooperativa não disponibiliza cursos sobre cooperativismo aos cooperados, sendo que os que responderam que já participaram de um curso sobre cooperativismo mencionaram que essa atividade foi realizada há muito tempo. Esse aspecto pode contribuir para a manutenção da mesma diretoria no poder, pois os cooperados desconhecem ou possuem pouco conhecimento acerca da gestão de cooperativas e outras informações importantes sobre cooperativismo, fazendo com que boa parte desses cooperados não participem do processo eleitoral como candidatos à diretoria, ferindo o princípio da equidade.

Contudo, boa parte dos cooperados afirmaram que a diretoria tem buscado o crescimento da cooperativa, o que está em consonância com o princípio da Responsabilidade Corporativa.

O objetivo inicialmente considerado para este artigo foi alcançado, pois se conseguiu verificar se a cooperativa está trabalhando de acordo com os princípios da Governança Corporativa.

### REFERÊNCIAS

ANDRADE, George Albin R. de. Teoria da agência e estrutura de governança corporativa em fundos de pensão: uma análise normativa. In: **III Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 2006, Resende. III Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2006.

ANDRADE, Rui Otavio Bernardes de; TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão sócio ambiental**. Estratégias na nova era da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

ARAÚJO, Massilon J. . **Fundamentos de agronegócios**. 2ª ed.. São Paulo: Atlas, 2007.

BATALHA, Mario Otávio (org.). **GEPAI: Grupo de estudos e pesquisas agroindustriais**. 3ª ed. – São Paulo: Atlas, 2007.

## I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. **Aspectos econômicos das cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

**BRASIL (a) – INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA– IBGC**. Disponível em < <http://www.ibgc.org.br/PerguntasFrequentes.aspx> >. Acesso em: 22 de maio de 2011.

**BRASIL (b) – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE** Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 12 de maio de 2011.

**BRASIL (c) – ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – OCB** Disponível em < <http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/principios.asp> >. Acesso em 23 de maio de 2011.

FREITAG, Viviane da Costa. **Uma cooperativa, três agentes e suas percepções: governança corporativa na Cooperativa de Crédito Rural Campos Gerais**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação Mestrado em Contabilidade. Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2007.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA**. Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa. 4ª ed. – São Paulo: IBGC, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 5ª ed..São Paulo: Atlas, 2010.

REIS JÚNIOR, Nison. **Aspectos societários das cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SLOMSKI, Valmir. et al. **Governança corporativa e governança na gestão pública**. São Paulo: Atlas, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2006.